

REVISÃO LODF EM EXERCÍCIOS PROF. JEFFERSON

Nas questões abaixo marque CERTO ou ERRADO ou a alternativa correta quando a questão for de múltipla escolha.

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

01 – () O Distrito Federal, no pleno exercício de sua autonomia política, administrativa e financeira, observados os princípios constitucionais, é regido pela Lei Orgânica.

02 – () O Distrito Federal não integra a união indissolúvel da República Federativa do Brasil por ser uma unidade autônoma.

03 – () O Plebiscito é uma das formas de exercício da cidadania popular no Distrito Federal.

04 – () A divisão do Distrito Federal em cidades-satélites encontra amparo constitucional.

05 – () A criação ou extinção de Regiões Administrativas no DF ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais.

06 – () O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento sócio-econômico e à melhoria da qualidade de vida.

07 – () A Lei Orgânica do Distrito Federal prevê que lei disporá sobre a participação popular no processo de escolha do Administrador Regional.

08 – () A remuneração dos Administradores Regionais não poderá ser superior à fixada para os Secretários de Estado do Distrito Federal.

09 – () Na execução de seu programa de desenvolvimento político, o Distrito Federal buscará a integração com a região do entorno.

10 - (Detran, Analista de Trânsito – Área Direito e Legislação, CESPE, 2009)

() As regiões administrativas, que são criadas por meio de lei, são administradas por um administrador regional, indicado pelo governador, mas que poderá, na forma da lei, ser escolhido por meio de participação popular.

11 – (Detran, Auxiliar de Trânsito, CESPE, 2009)

() Considere a seguinte situação hipotética. Os deputados distritais, por meio de resolução, transferiram, de forma permanente, as atividades parlamentares para Taguatinga, com o objetivo de ficarem mais próximos do povo. Nesse caso, existe irregularidade nessa resolução.

12 - (Cespe/DFTrans/Técnico/2008)

() No DF, a soberania popular é exercida exclusivamente mediante plebiscito e referendo.

13 - (Cespe/DFTrans/Técnico/2008)

() É lícita a criação ou a extinção de regiões administrativas mediante decreto do governador do DF.

14 - (Funiversa/Sejus-DF/Técnico Penitenciário/2008)

Quanto à organização do Distrito Federal, em conformidade com a respectiva Lei Orgânica, assinale a alternativa correta.

a) As Administrações Regionais integram a estrutura administrativa do Distrito Federal.

b) A bandeira, o hino e o brasão são símbolos do Distrito Federal, vedada a instituição de outros símbolos.

c) Haverá somente um Conselho de Representantes Comunitários para todas as Regiões Administrativas do Distrito Federal.

d) O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, cuja criação ou extinção somente poderá ocorrer mediante lei aprovada por dois terços do Deputados Distritais.

e) Não há participação popular no processo de escolha do Administrador Regional.

OBJETIVOS PRIORITÁRIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

15– (Detran, Auxiliar de Trânsito, CESPE, 2009)

() É objetivo prioritário do DF garantir a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos.

16- (Cespe/DFTrans/Analista/2008)

() Um dos objetivos prioritários do DF é assegurar, por parte do poder público, a proteção individualizada à integridade psicológica das testemunhas de infrações penais.

17 - (Detran, Analista de Trânsito – Área Direito e Legislação, CESPE, 2009)

() Previsto na LODF, é objetivo prioritário do DF assegurar a proteção individualizada à vida e à integridade física e psicológica das vítimas e das testemunhas de infrações penais e de seus respectivos familiares.

18 – () São objetivos prioritários do Distrito Federal, dentre outros: garantir e promover os direitos humanos; promover o bem de todos e preservar a integridade dos parlamentares distritais.

19– () São valores fundamentais do DF, dentre outros: plena cidadania; promover o bem de todos e pluralismo político.

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS SERVIDORES PÚBLICOS

20– (Detran, Auxiliar de Trânsito, CESPE, 2009)

() Considere a seguinte situação hipotética. Joana, que é servidora pública distrital, irá substituir a titular Fernanda, durante as férias desta. Nesse caso, Joana fará jus à gratificação de Fernanda durante o período de substituição.

21 – (Detran, Auxiliar de Trânsito, CESPE, 2009)

() O servidor público efetivo de autarquia distrital faz jus ao recebimento de adicional de 1% por ano de serviço público efetivo.

22 – (Detran, Auxiliar de Trânsito, CESPE, 2009)

() Considere a seguinte situação hipotética. Sílvio, que é servidor público da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), recebeu, indevidamente, certa quantia em seu contracheque. Foi condenado a ressarcir esse valor aos cofres público, mas não o fez de forma espontânea. Nessa situação, cabe à Procuradoria-Geral da CLDF escrever em dívida ativa e cobrar, judicialmente, o ressarcimento desse valor.

Os atos da administração pública de qualquer dos Poderes, do Distrito Federal, além de obedecer aos princípios constitucionais aplicados à administração pública, devem observar também os seguintes:

23 - () Nos termos do que dispõe a LODF, o Distrito Federal instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas, nos termos do art. 39 da Constituição Federal.

24 - () Nos termos do que dispõe a LODF, é direito dos servidores públicos, o atendimento em creche ou pré-escola a seus dependentes de até sete anos incompletos.

25 – (Detran, Auxiliar de Trânsito, CESPE, 2009)

() São poderes dos DF, independentes e harmônicos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

26 – () O poder executivo é exercido pelo Governador do Distrito Federal, auxiliado pelos Secretários de Estado. O Vice-Governador auxilia o Governador sempre que por este for convocado.

27 – () O mandato do Governador é de quatro anos, permitida a reeleição por um único período subsequente.

28 – () São condições de elegibilidade do Governador do DF: ter mais de 35 anos e nacionalidade brasileira.

29 – () É competência privativa do Distrito Federal organizar seu Governo e Administração. A criação ou extinção de Regiões Administrativas é exemplo desta espécie de competência.

30 - () Nos termos do que dispõe a LODF, o Distrito Federal instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autarquias e fundações públicas, nos termos do art. 39 da Constituição Federal.

31 - () Nos termos do que dispõe a LODF, é direito dos servidores públicos, o atendimento em creche ou pré-escola a seus dependentes de até sete anos incompletos.

32 - () Nos termos do que dispõe a LODF, são estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

33 - () Conforme consta da Lei Orgânica do Distrito Federal, é assegurado ao servidor público a contagem em dobro dos períodos de licença-prêmio não gozados, para efeito de aposentadoria.

São direitos dos servidores públicos, sujeitos ao regime jurídico único:

1. () quitação da folha de pagamento do servidor ativo e inativo da administração direta, indireta e fundacional do Distrito Federal até o quinto dia útil do mês subsequente, sob pena de incidência de atualização monetária, obedecido o disposto em lei.
2. () é computado como exercício efetivo, para efeito de progressão funcional ou concessão de licença-prêmio e aposentadoria nas carreiras específicas do serviço público, o tempo de serviço prestado por servidor requisitado a qualquer dos Poderes do Distrito Federal.
3. () a duração do trabalho do servidor do Distrito Federal não será superior a seis horas semanais e trinta semanais.
4. () Não cabe ao servidor, quando em substituição ou designação para responder pelo expediente, gratificação específica
5. () O atendimento em creches aos dependentes dos servidores do Distrito Federal será oferecido até os cinco anos incompletos.
6. () É vedado o desvio de função.
7. () O tempo de serviço prestado a outros órgãos dos poderes da União, será computado para efeitos de concessão de licença-prêmio e aposentadoria.
8. () É garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical.
9. () Cabe as entidades representativas dos servidores públicos do Distrito Federal somente a defesas dos direitos coletivos de seus associados.
10. () As associações, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, poderão descontar a contribuições de seus associados diretamente na folha de pagamento.